

# Temas para um ano de eleição

*Existe uma expectativa de mudança da política econômica no próximo governo, mas parece não haver consenso sobre o quê e como mudar.*

Daniele Pestelli\*

O ano de 2013 mostrou uma insatisfação da sociedade e dos empresários com o governo e com sua política econômica. As manifestações populares de junho e as declarações de empresários não deixam dúvidas quanto ao desejo de mudanças. Mas será que as mudanças almejadas pela população são as mesmas desejadas pelo setor empresarial? E mais: será que as mudanças solicitadas pelo setor empresarial são as mesmas para atender os setores financeiro e industrial?

Parece que somente o desejo de mudança é consenso entre a sociedade e o setor empresarial, mas mudanças solicitadas propriamente ditas não são as mesmas. Nas manifestações de junho, pedia-se mais investimento em saúde, educação, melhoria no transporte e segurança pública. Ou seja, mais Estado e, logicamente, um Estado mais eficiente.

Tirando o desejo de que o Estado seja mais eficiente, o nível de sua presença na economia é diferente entre o desejo da população e o dos agentes econômicos: enquanto estes querem menos interferência do Estado, a população quer mais presença do Estado.



Enquanto esses desejos, mesmo conflitantes, não se concretizam, os resultados de 2013 ficaram longe das expectativas e mostraram uma piora nos indicadores econômicos em relação a 2012. A inflação subiu levemente, de 5,84% para 5,91%, a dívida bruta subiu, a dívida líquida caiu, o real se desvalorizou em relação ao dólar, o nível de desemprego caiu, o superávit primário ficou abaixo do prometido e o PIB cresceu menos que a expectativa, embora tenha crescido mais que no ano anterior.

Os resultados ficaram muito aquém das expectativas dos agentes econômicos e é daí que vem a pressão por mudanças na política econômica. Mas temos que fazer algumas reflexões. O aumento na segunda casa decimal da inflação num ano em que o câmbio desvalorizou 15% é um resultado ruim? A desvalorização do real é condição impe-

rativa para melhorar a competitividade da indústria nacional e, apesar da desvalorização dos últimos dois anos, especialistas dizem que ainda são necessárias desvalorizações adicionais entre 25% e 30%.

O que é melhor para o país: um câmbio mais desvalorizado que aumente a competitividade da indústria, reduza as importações, aumente as exportações, reduza o déficit na balança comercial e no balanço de pagamentos, mas que deverá ocasionar um aumento marginal na taxa de inflação ou mesmo só impedir que ela se aproxime do centro da meta? Ou devemos aumentar o superávit primário, aumentar mais ainda a taxa Selic, reduzir o consumo e o valor real do salário, aumentar o desemprego e reduzir a taxa de inflação para o centro da meta, para que, no futuro, possamos voltar a crescer de forma mais robusta, aumentar o emprego, a renda e voltar a sermos um país atraente para o investidor estrangeiro?

Sem uma taxa de câmbio de equilíbrio, não existe defesa efetiva da indústria nacional. Dada à dimensão da diferença entre a taxa de câmbio vigente e a taxa de equilíbrio – estima-se entre 25 e 30% –, não é viável compensar este desequilíbrio com aumentos do Impos-

to de Importação, imposição do direito **antidumping** e desonerações tributárias. E mais: essas medidas poderiam ser questionadas nos organismos internacionais, além de não atingirem as exportações.

O câmbio é mais eficiente na defesa da indústria nacional, tanto para reduzir as importações quanto para incentivar as exportações. É o mecanismo mais aceito pelo mercado internacional, atingindo todas as cadeias produtivas de todos os setores. E as políticas de defesa comercial poderiam ser utilizadas de maneira mais seletiva para cadeias e setores produtivos com características específicas. Mas, como não existem soluções sem custo, o efeito da desvalorização do real será o aumento da pressão sobre os preços, com o provável aumento da inflação, mesmo que temporário, e a impossibilidade de que se atinja o centro da meta de inflação.

Esta é uma opção difícil de ser tomada, mas que é imprescindível para a defesa da indústria nacional. As lideranças empresariais, principalmente aquelas ligadas ao setor industrial e suas entidades representativas não deveriam se omitir desta

discussão. Pelo contrário, deveriam se posicionar cla-

ramente e tentar ampliar ao máximo a discussão.

O câmbio não é a solução para todos os males da indústria, mas o adequado posicionamento da taxa de câmbio é um primeiro passo para o aumento da competitividade deste setor, que tem grande importância na agregação de valor da produção brasileira e na geração de empregos de qualidade.

Sugerimos que os temas abaixo também sejam alvos de discussão neste ano eleitoral, de modo que os possíveis candidatos tomem ciência das expectativas dos agentes econômicos e, quem sabe, se comprometam com a implantação de alguns deles, dentro da expectativa de mudança que se espera para o novo mandato presidencial.

O Brasil deve ter uma política industrial ativa com exigências de conteúdo local ou devemos abrir mais a economia brasileira para que a concorrência internacional force a modernização e o aumento da competitividade da indústria local? Vale a pena aumentar o endividamento bruto do país para capitalizar os bancos estatais – BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica – para



Foto: Divulgação

financiar os investimentos de longo prazo e aumentar competição com os bancos privados? É importante manter elevadas as reservas internacionais e oferecer financiamento a juros subsidiados ao setor privado? Em que situações? A carga tributária do Brasil é muito elevada, complexa e socialmente injusta. Como equilibrar os impostos indiretos e os diretos?

Os principais analistas e agentes econômicos vêm professando que, qualquer que seja o resultado das eleições, o próximo ano deverá ser um ano de ajuste. Este ajuste deveria ser pela redução da demanda ou pelo aumento da oferta? Devemos reduzir a demanda, aumentando os juros, fazendo uma política fiscal rigorosa, aumentando o desemprego ou deveríamos redirecionar o foco, os incentivos, e as desonerações fiscais do consumo para o investimento?

Nos próximos meses, o Sicetel pretende contribuir para a discussão destes temas e convida as entidades afins que tiverem interesse para promover discussões conjuntas sobre estes e outros temas.

**\*Daniele Pestelli é presidente da Fitas Indústria e Tecnologia S/A e do Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos (Sicetel).** 